

Atenção, senhores candidatos: a Justiça não é cega

O presidente do TSE, ministro Francisco Rezek, advertiu indiretamente ontem, aos candidatos que estejam pensando em utilizar o último dia no 1º turno, do programa eleitoral gratuito no rádio e na TV para atacar seus adversários, de que a Justiça Eleitoral está atenta para essa eventualidade. Se isso ocorrer, que ninguém pense que ficaria sem consequência". A advertência de Rezek foi feita em pronunciamento de três minutos ontem à noite, em cadeia de rádio e televisão, em que o ministro falou, sobre os momentos finais da campanha.

Francisco Rezek não fala em seu pronunciamento de que maneira o TSE poderia punir as agressões no último dia da propaganda eleitoral, mas o Tribunal tem uma resolução estabelecendo que, se a ofensa for feita em dia e hora que inviabilize em o direito de resposta que termina também no domingo — "o Tribunal Superior Eleitoral, ou juiz eleitoral, determinará que a resposta seja divulgada nos horários que deferir de modo a não permitir trélicas".

Respeito

No seu pronunciamento, o ministro Rezek de que sejam guardadas as condições de respeito mútuo, "que até agora, em maior ou menor medida, vêm sendo observadas". Francisco Rezek disse também esperar que os meios de comunicações de massa, "aos quais a Constituição de 88 outorgou uma faixa de liberdade nunca antes conhecida na

Presidente do TSE

diz na tevê que

ataques feitos

no último dia da

propaganda

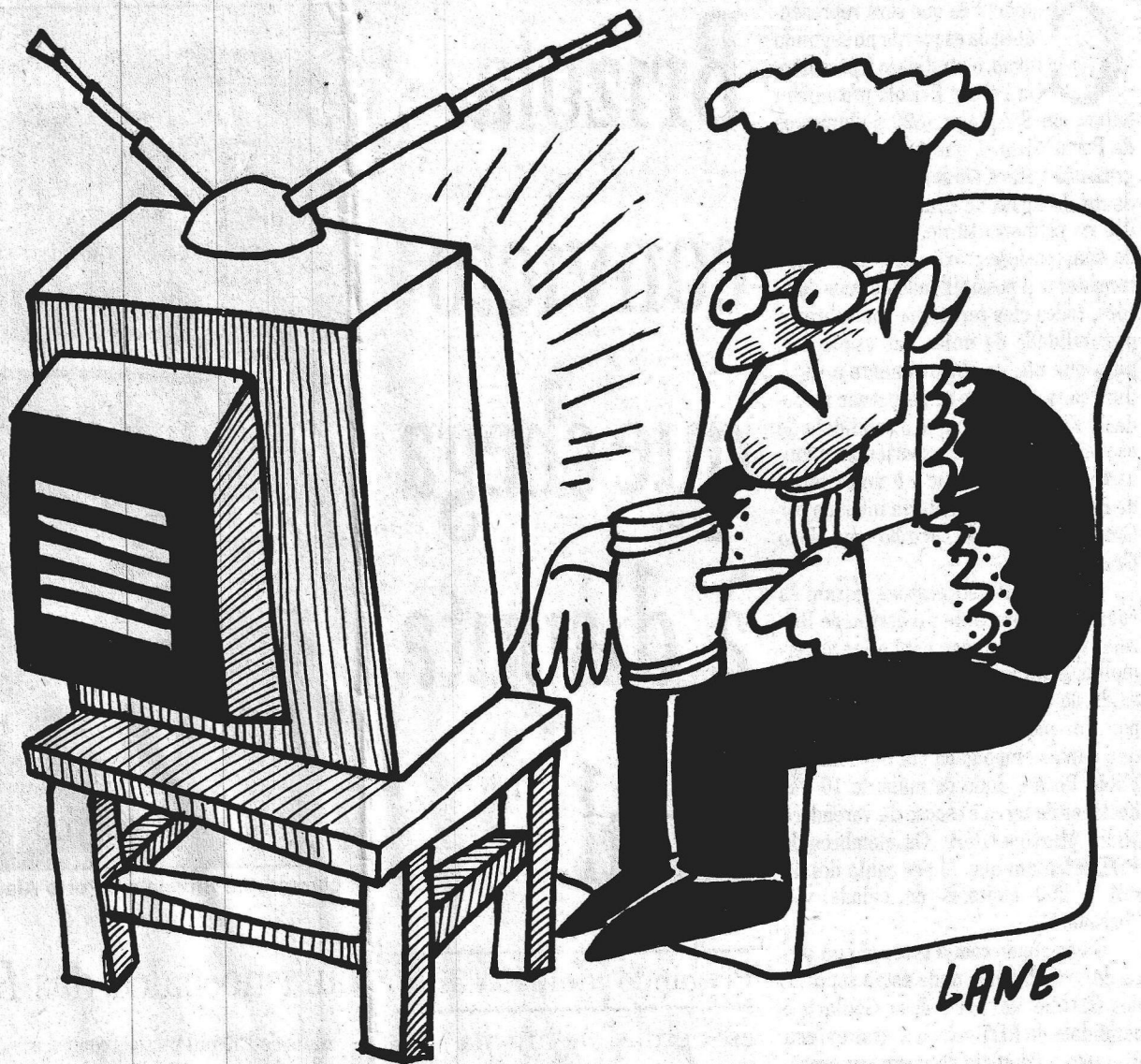
eleitoral gratuita

não ficarão

"sem consequência"

nossa história, observem também, até o último momento, aquela isenção que, com maior ou menor êxito, vêm procurando manter em relação à campanha".

O presidente do TSE lembra aos partidos políticos que a Lei Eleitoral proibiu expressamente a boca de urna e a propaganda no momento que antecede o voto. "É intenção da Justiça Eleitoral não permitir que, nessa ocasião, na região do voto, o eleitor seja molestado por qualquer espécie de injunção, seja de propagandistas, seja de pesquisadores". Segundo o ministro, quem assim agisse "daria direito a que outros partidos pedissem à autoridade para cumprir o seu dever". O ministro sugere



riu que os interessados em fazer a propaganda de seus candidatos "utilizem parte dos 8,5 milhões de quilômetros quadrados do País para fazê-lo, mas em hipótese nenhuma, na região do voto".

Francisco Rezek solicitou ainda que os diversos setores do serviço público, civil ou militar que estejam em negociação salarial, tenham sensibilidade para suspender qualquer eventualidade de deflagração de uma greve no período da eleição e apuração, para não comprometer o pleito.

Concluindo, ele manifestou a certeza de que o dia 15 de novembro será "um grande acontecimento cívico e o prenúncio de dias melhores que o povo brasileiro seguramente merece".